



## **Desmatamento oculto: novas tendências e resistências**



Santarem, Brasil.

Nossa Opinião: Discursos verdes e desmatamento.....	2
<b>Indonésia:</b> o destino das vilas de pescadores na crise climática e o fracasso do “Carbono Azul”...	4
<b>Moçambique:</b> a ameaça da ‘compensação’ de biodiversidade.....	8
Territórios indígenas em Sarawak, no <b>Bornéu malaio</b> , são ameaçados por monoculturas.....	12
Financiamento equivocado: apoio ao REDD+ por parte do Fundo Verde para o Clima.....	15
Tentativa de recolonizar florestas na <b>Índia</b> . As novas propostas de emenda à Lei Indiana de Florestas.....	20
<b>Equador:</b> histórias de roubo de terras e desmatamento causadas pela extração de dendê e madeira.....	26
WWF no Parque Nacional de Salonga, na <b>RDC</b> : tortura, assassinato e estupro coletivo.....	30
<b>ALERTAS DE AÇÃO</b>	
Organizações finlandesas e uruguaiais contra nova fábrica de celulose da UPM.....	32
Sarawak: Salve a Floresta Tropical de Mulu das plantações de dendezeiros!.....	32
<b>RECOMENDADOS</b>	
Amazônia Brasileira. A pobreza do homem como resultado da riqueza da terra.....	33
Plantando Conflitos: monoculturas e desapropriação na Amazônia peruana.....	33
Vozes das mulheres frente ao extrativismo.....	33
Papua: cooptação de tradições indígenas para monoculturas de dendê.....	33
Tratados de Livre Comércio: instrumentos que subjagam os direitos.....	33

*Este Boletim tem artigos escritos pelas seguintes organizações e indivíduos: Susan Herawati da Coalizão Popular pela Justiça na Pesca, Indonésia (KIARA – Koalisi Rakyat untuk Keadilan Perikanan); Acção Académica para o desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Moçambique; Justiça Ambiental (JÁ!) Moçambique; Amigos da Terra – Malásia (SAM - Sahabat Alam); Soumitra Ghosh, do All India Forum of Forest Movements, na Índia (AIFFM); o Coletivo de Geografia Crítica do Equador e membros do Secretariado Internacional do WRM.*

## **Desmatamento oculto: novas tendências e resistências**

### **Nossa Opinião:**

#### **Discursos verdes e desmatamento**



Misiones, Argentina.

Enquanto comunidades que dependem da floresta no mundo todo ainda se deparam com ameaças e com a destruição cada vez maior de seus territórios, são lançados e implementados mais acordos, promessas, projetos e programas em nome de “enfrentar o desmatamento e a mudança climática”. Grandes empresas multinacionais, governos, bancos multilaterais, agências da ONU, ONGs de conservação e seus financiadores continuam afirmando que eles – os mesmos atores que estimulam as causas diretas e subjacentes do desmatamento – podem ser “a solução”.

Este boletim compila sete artigos de diversas partes do mundo que mostram como os processos de desmatamento costumam ser ocultados sob discursos “verdes” e muita propaganda chamativa. Os autores também nos lembram de que as comunidades da floresta – apesar de serem criminalizadas e, muitas vezes, convenientemente responsabilizadas pelo desmatamento e expulsas de seus territórios – continuam resistindo a essa destruição e às falsas soluções que lhes são impostas, ao mesmo tempo em que são as guardiãs de suas florestas, culturas e vidas.

Um artigo vindo da **Indonésia** alerta para o fato de que, enquanto os impactos devastadores da crise climática afetam gravemente a milhares de comunidades pesqueiras, um mecanismo de compensação chamado “Carbono Azul”, promovido pela ONU como “solução” para a crise, está transformando territórios costeiros em ativos negociáveis. Empreendimentos hoteleiros, fazendas industriais de camarão, expansão das plantações de dendezeiros e mineração em grande escala causam danos aos manguezais, mas o Carbono Azul visa esverdear a crescente e devastadora destruição causada por esses e outros agentes poluidores.

De **Moçambique**, um artigo descreve os perigos dos crescentes fundos fiduciários de conservação, como é o caso do BIOFUND, criado para financiar o sistema de áreas protegidas de Moçambique, com apoio do Banco Mundial, agências de cooperação internacional e ONGs de conservação. O objetivo é captar grandes quantias de dinheiro, incluindo receitas geradas a partir de projetos de compensação de biodiversidade no país, e especular com esse dinheiro nos mercados financeiros.

Outro artigo mostra como, apesar das promessas do governo da **Malásia** de manter uma cobertura florestal de 50% no país, pelo menos 3,4 milhões de hectares de áreas florestais foram designados para plantações de monoculturas desde a década de 1990, incluindo as destinadas a extração de madeira e óleo de dendê. A ambição dos 50% parece se basear em estatísticas que consideram as monoculturas como parte da “cobertura florestal” nacional.

Outro artigo expõe como o **Fundo Verde para o Clima**, que tem como objetivo apoiar os países do Sul global em suas respostas às mudanças climáticas, aprovou recentemente, pela primeira vez, o chamado pagamento de REDD+ baseado em “resultados” na Amazônia brasileira. Também adverte que a Corporação Financeira Internacional, a agência do Banco Mundial que financia empresas privadas, está se preparando para solicitar financiamento visando subsidiar projetos de REDD+ do setor privado que tendem a causar conflitos com as comunidades que dependem das florestas.

Da **Índia**, um artigo destaca novas tentativas do governo, de mãos dadas com empresas interessadas e ONGs conservacionistas, de se apropriar das florestas e expulsar comunidades que dependem delas. Depois de muitas tentativas, propostas recentes de emenda à Lei Indiana de Florestas, que tem origem colonial, extinguiriam, na prática, a Lei de Direitos Florestais – legislação fundamental que reconhece muitos direitos dos *adivasis* (povos indígenas) e outras comunidades tradicionais que habitam as florestas. As emendas preveem a criminalização de todos os usos possíveis das florestas pelas comunidades (a menos que permitidos por autoridades florestais) e cria uma nova categoria jurídica chamada de “florestas produtivas”, que abre espaço para a privatização em grande escala.

O caso da comunidade de Wimbí, no **Equador**, destaca os efeitos prejudiciais da expansão das plantações de dendezeiros juntamente com o tráfico de terras e as plantações para extração de madeira. Além da destruição das florestas e do solo na região, a perda das suas áreas de cultivo aumenta a pressão para que os membros da comunidade busquem trabalho assalariado em outros lugares – inclusive na empresa de dendê que os expulsou. Mas os moradores de Wimbí não pararam de lutar por suas terras e seus meios de subsistência.

Finalmente, o último artigo destaca a violência e os abusos terríveis cometidos pelo **modelo de conservação** que procura “preservar a natureza sem pessoas”. Relatórios das organizações Rainforest Foundation UK e BuzzFeed News revelaram a crueldade contra os povos indígenas que vivem dentro e próximo às Áreas Protegidas apoiadas pelo **WWF**. Este é definitivamente um problema sério de abusos de direitos humanos e intervenções coloniais em florestas tropicais. As organizações de conservação costumam estar no centro desses graves abusos.

## Indonésia: o destino das vilas de pescadores na crise climática e o fracasso do “Carbono Azul”

Todas as semanas, Sugeng Haryanto, pescador de 57 anos da costa de Jepara, na província de Java Central, leva seu barco para o cais. Faz um mês que ele não consegue sair para pescar. Ondas altas e ventos fortes foram a principal razão para Sugeng deixar o barco e os equipamentos de pesca amarrados no porto, já que não queria arriscar perder a vida, como aconteceu com alguns de seus amigos.



Atualmente, as comunidades pesqueiras da Indonésia enfrentam problemas relacionados ao clima que são difíceis de entender, **desde temporadas de pesca mais curtas até desastres naturais que ocorrem todos os anos, em um número cada vez maior de territórios costeiros do país**. Esses territórios incluem manguezais, marismas e planos de lama intertidais. Devido a essas dificuldades, os pescadores da Indonésia não podem ir ao mar por mais de 150 dias dentro do mesmo um ano, tendo que se abster de quaisquer atividades pesqueiras por outros 215 dias.

**As comunidades de pescadores da Indonésia estão sentindo, em primeira mão, os efeitos nocivos da crise climática.** Nos últimos cinco anos, pelo menos 737 vilas costeiras sofreram deslizamentos de terra, 2.651 foram alagadas, 307 sofreram inundações repentinas, 1.484 foram atingidas por maremotos e 1.422, afetadas por tornados. Além disso, 790 foram atingidas por terremotos e seis, por um tsunami, enquanto 54 vilas costeiras foram afetadas por uma erupção vulcânica. (1)

Todos os anos, o destino de milhões de pescadores é discutido durante as negociações climáticas da ONU. Infelizmente, essas discussões perderam o rumo, pois não conseguem resolver os problemas reais e fundamentais dessa crise.

Agora, não só os barcos de pesca ficam atracados por períodos cada vez mais longos, mas **o destino dos meios de subsistência dos pescadores e o controle de seus territórios está ligado à ameaça dessa crise multidimensional e às chamadas soluções que a acompanham.**

### Quando o carbono fica azul

Uma das reações da ONU a essa crise multidimensional consiste em um sistema chamado de **Carbono azul (Blue Carbon)**. Também conhecido como **REDD azul**, ele foi introduzido

pelo PNUMA e por outras agências da ONU em 2009. Por meio de várias reuniões internacionais, o PNUMA afirmou a importância de estabelecer **um novo esquema de compensação entre emissões e absorção de carbono em territórios costeiros**. De acordo com seus defensores, os territórios costeiros ricos em plantas, como manguezais, marismas e planos de lama intertidais, absorvem e armazenam grandes quantidades de dióxido de carbono. (2)

Uma publicação de várias agências da ONU, intitulada “Carbono Azul: o Papel dos Oceanos Saudáveis na Fixação do Carbono” (*Blue Carbon: the Role of Healthy Oceans in Binding Carbon*), de 2009, afirma que a proteção, o manejo e a restauração aumentariam a capacidade dos ecossistemas marinhos de absorver carbono até quase 10% da demanda global por redução de emissões. (3)

O estudo Blue Carbon, realizado pela Agência de Pesquisa e Desenvolvimento Marinhos e Pesqueiros da Indonésia (Balitbang KP), afirma que a vegetação subaquática tem potencial para absorver cerca de 4,88 toneladas de carbono por hectare, por ano. No total, a vegetação subaquática do país poderia armazenar 16,11 milhões de toneladas de carbono por ano e, no total, seus manguezais poderiam armazenar 122,22 milhões de toneladas.

Até hoje, o Carbono Azul é promovido permanentemente por meio de reuniões internacionais, bem como nos Encontros Anuais da ONU sobre o Clima. Durante a Conferência *Our Ocean*, realizada em Bali em 2018, **o governo indonésio incentivou projetos de conservação marinha e o Carbono Azul, com o objetivo de incluir 20 milhões de hectares nesses esquemas até 2020**. Em 2018, a área estabelecida para conservação marinha atingiu 19,14 milhões de hectares.

A organização indonésia Coalizão Popular pela Justiça Pesqueira (KIARA) destaca que, **até agora, a conservação marinha não foi implementada de baixo para cima para que se originasse do conhecimento e da sabedoria das comunidades costeiras indonésias, e sim como uma atividade de cima para baixo, forçada pelo Estado. Como resultado, as pessoas que vivem nas comunidades costeiras se tornam vítimas do que, de sua perspectiva, equivale a projetos ecofascistas**.

### **Negociar carbono? Plantar árvores de mangue**

O *Livelihoods Fund* é um fundo apoiado por empresas privadas e investe desde 2011 em projetos de compensação, no mundo todo, ligados às cadeias de suprimentos dos investidores. Três desses projetos estão em territórios de mangue: um na Indonésia, um na Índia e um no Senegal. Em seu site, **o Fundo diz que até hoje foram plantadas 18 milhões de árvores na Indonésia, 16 milhões na Índia e 79 milhões no Senegal**. (4)

Os projetos duram 20 anos, e **os investidores (empresas privadas) receberão créditos de carbono das árvores de mangue plantadas pelas comunidades costeiras**. Com base nisso, **essas indústrias podem continuar fazendo seus negócios de sempre** (e gerando as emissões de sempre) enquanto afirmam ter reduzido as emissões de carbono.

Os investidores do Fundo são: a empresa de agronegócio Danone, a multinacional Schneider Electric, o grupo financeiro Credit Agricole, a fabricante de artigos de luxo Hermès International, o grupo turístico Voyageurs du Monde, a empresa de serviços postais La Poste Group, a fabricante de pneus Michelin, a instituição financeira pública Caisse des

dépôts et consignations – todos franceses – além da empresa de fragrâncias e sabores suíça Firmenich e a empresa alemã de software e tecnologia SAP.

### **Repetindo as falhas do REDD+**

O Carbono Azul foi inventado como uma versão do esquema de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) **para os territórios costeiros e de mangue**. Por quase 15 anos, o REDD+ foi promovido como uma solução para o desmatamento em florestas tropicais, mas esse desmatamento continua. Infelizmente, o REDD+ é um esquema de negócios que gera vários problemas. Assim como em outros lugares, **os projetos de REDD+ na Indonésia causaram conflitos**.

Um exemplo é um projeto de REDD+ na vila de Henda, em Bornéu, na Indonésia, organizado pelo PNUD e financiado pelo governo norueguês. Pesquisas mostraram como o projeto, na verdade, gerou conflitos horizontais dentro da comunidade, causados pela falta de transparência e por uma gestão discriminatória dos fundos de REDD+ a nível da comunidade. Uma das razões do conflito é o fato de que o programa de empoderamento vinculado ao projeto de REDD+ não envolveu todos os membros da comunidade, o que inevitavelmente causou inveja entre os moradores. (4)

Outro projeto de REDD+ na vila de Mantangai Hulu também causou conflitos verticais com doadores e o governo. Esse projeto foi organizado pela Kalimantan Forests and Climate Partnership (KFCP) e financiado pelo governo australiano. A comunidade da aldeia cedeu seus 120.000 hectares de floresta à KFCP para um projeto-piloto de REDD+. **Quando ficou claro que o projeto beneficiava mais a facilitadores locais, governo e doadores, a comunidade da vila começaram se organizar para resistir ao projeto**. A distribuição dos fundos do REDD+ também não foi transparente e não incluiu participação da comunidade. (5)

O fracasso do REDD+ em deter o desmatamento, ao mesmo tempo em que causa muitos conflitos dentro das comunidades e com elas, deve ser uma lição importante para que os líderes mundiais sejam mais cuidadosos ao responder à crise climática. Ao mesmo tempo, as comunidades costeiras na Indonésia estão pedindo ações para enfrentar a crise climática, mas **as políticas propostas tendem a ser uma “colcha de retalhos” que oferece falsas soluções, com metas de redução de emissões que são insuficientes e dependem de compensações**.

Negociações e possíveis soluções para enfrentar a crise climática precisam reconsiderar o conhecimento e a atenção às necessidades das comunidades. **Chega de soluções fragmentadas, como o Carbono Azul ou similares, que, na prática, sobrecarregam as finanças do Estado, aumentando a dívida externa**. O montante da dívida também abre as portas para mais corrupção. Esses mecanismos de compensação propostos pelo Banco Mundial eram sempre baseados em empréstimos, mas, em 2018, o Ministério da Marinha e da Pesca da Indonésia recusou o sistema de empréstimo. Infelizmente, o mecanismo implementado ainda depende do investimento estrangeiro e do comércio de carbono, o que gera os mesmos problemas causados pelo mecanismo proposto pelo Banco Mundial.

### **A mercantilização de uma crise**

A KIARA vê a iniciativa **Carbono Azul** como um pretexto para transformar territórios costeiros e marinhos em ativos negociáveis. Há pelo menos três razões pelas quais a iniciativa não representa uma solução para a crise climática.

Em primeiro lugar, a contabilização do carbono armazenado nesses projetos é feita de maneira a **dar lucro para alguns indivíduos ou um determinado grupo, mas exclui muitos membros da comunidade que são afetados pelos projetos de Carbono Azul porque não podem mais usar os manguezais ou a vegetação submarina**. Enquanto isso, negligenciam-se a existência das comunidades litorâneas e o papel que cumpriam em manter os ecossistemas costeiros intactos ao usar os manguezais para colher ervas medicinais e ingredientes cosméticos, e como fonte de alimento.

Em segundo lugar, argumenta-se que uma das causas da crise climática é a destruição de manguezais devido ao manejo equivocado. **Na Indonésia, os danos a manguezais e ecossistemas costeiros são consequência de padrões de desenvolvimento extrativos e exploratórios, como a apropriação do litoral para a construção de hotéis, edifícios residenciais ou áreas de recreação pagas, fazendas de camarão de porte industrial, expansão de plantações de dendê e mineração em grande escala**. O Centro de Dados e Informações da KIARA observa que, ao longo de 2018, pelo menos 42 áreas costeiras na Indonésia haviam sido apropriadas para esses fins.

Terceiro, o Carbono Azul é **incapaz de alterar o comportamento das empresas responsáveis por grandes quantidades de emissões de carbono**, já que é apenas uma compensação.

Os territórios costeiros têm características únicas e são muito vulneráveis. A costa é uma área de transição entre terra e mar. A pressão, tanto natural quanto humana, é muito evidente. **A iniciativa Carbono Azul abre oportunidades para as elites negociarem e se apropriarem dos benefícios em nome da mudança climática**.

Enquanto isso, devido à sua vulnerabilidade, comunidades e territórios costeiros continuarão sendo prejudicados por empreendimentos em terra, efeitos agravados da mudança climática, bem como falsas soluções promovidas nas negociações climáticas da ONU.

Na próxima década, terão que ser tomadas decisões cruciais que influenciarão o quanto as comunidades pesqueiras em toda a Indonésia serão atingidas pela crise climática multidimensional. Em vez de continuar estimulando a apropriação e destruição do litoral da Indonésia com grandes projetos o REDD azul e glorificar o passado do arquipélago, o governo deveria se concentrar primeiro na redução dos efeitos da crise climática sobre os pescadores artesanais e, ao mesmo tempo, deveria **salvar a região litoral da da armadilha do comércio de carbono**.

Não vendam o nosso mar em nome do comércio de carbono!  
Nosso mar, nossa identidade! Nós somos o mar!

*Susan Herawati*

*Secretária Geral da Coalizão Popular pela Justiça na Pesca (KIARA - Koalisi Rakyat untuk Keadilan Perikanan)*

(1) Indonesia Center for Data and Information, 2019

(2) Para mais informações sobre o Carbono Azul, consulte WRM, “Blue Carbon” e “Blue REDD”: Transformando os ecossistemas costeiros em mercadorias, 2014, [https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/11/Blue\\_Carbon\\_and\\_Blue\\_REDD.pdf](https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/11/Blue_Carbon_and_Blue_REDD.pdf)

(3) Acesse a publicação: <http://www.grida.no/publications/145>.

(4) Consulte o site em: <http://www.livelihoods.eu/portfolio/>

(5) Anggraeni, Nur. (2013). *Melestarikan Tradisi, Meningkatkan Kesejahteraan: Pandangan Tentang Dampak Program REDD+ di Kalimantan Tengah*. Tese de mestrado UGM

(6) Firnaherera, Vice Admira. (2013). *Konflik Pengelolaan REDD+: Studi Kasus di Desa Mantangai Hulu, Kecamatan Mantangai, Kabupaten Kapuas, Propinsi Kalimantan Tengah*. Tese de mestrado UGM e Hidayah, Nur Putri. (2013). *Pemberdayaan Kelompok Masyarakat Desa Kalumpang Kedamangan mantangai dalam Mendukung Reducing Emission from Deforestation and Forest Degradation Plus (REDD+)*. Tese de mestrado UGM.

## Moçambique: a ameaça da ‘compensação’ de biodiversidade



Análises sobre a recente passagem mortífera do ciclone Idai em Moçambique indicam uma forte relação entre o ciclone devastador e o fenômeno de eventos climáticos extremos. É um alerta terrível de que é preciso resolver urgentemente o problema do aquecimento global. Infelizmente, não é isso que se espera que aconteça. **Os governos dos países mais industrializados, pressionados por suas multinacionais e instituições financeiras, como o Banco Mundial, promovem os chamados mecanismos de ‘compensação’, em resposta à contínua destruição e poluição ambiental.**

Um dos mecanismos de ‘compensação’ mais conhecidos é o mecanismo REDD, sigla inglesa para Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal. (1) Esse mecanismo permite que indústrias poluidoras, em vez de reduzir as emissões de dióxido de carbono da queima de petróleo, gás e carvão mineral em seus próprios países – principal causa do aquecimento global –, façam uma ‘compensação’ em outro lugar, por exemplo, em Moçambique.

O governo de Moçambique aposta no mecanismo REDD. **Ao adotar uma definição de floresta como sendo qualquer área com árvores, o governo inclui as plantações de monoculturas de árvores na sua estratégia para o REDD**, quando afirma, por exemplo, na sua “agenda florestal 2035”, publicada no início deste ano, que pretende plantar 1 milhão de hectares de plantações de árvores até 2035. (2) Além disso, o governo busca atrair financiamento externo para o REDD em áreas com florestas. Recentemente, o governo



assinou um acordo no valor de US\$ 50 milhões com o Banco Mundial com o objetivo de reduzir o desmatamento e com isso reduzir as emissões de dióxido de carbono das florestas. (3).

### A compensação de biodiversidade

Outro mecanismo de ‘compensação’ menos conhecido, mas proposto para Moçambique, é a ‘compensação’ de biodiversidade. Seus defensores afirmam que, no caso em que empresas causem destruição da biodiversidade, como uma mina aberta por uma empresa de mineração, um projeto de ‘compensação’ de biodiversidade em outro lugar seria capaz de ‘compensar’ por essa destruição, mantendo ou melhorando a biodiversidade nesse outro lugar. O mecanismo, segundo afirmam seus defensores, poderia garantir que não haja nenhuma perda ‘liquida’ de biodiversidade.

A forma mais usada para aplicar o mecanismo tem sido através de projetos individuais. Por exemplo, a empresa mineradora britânico-australiana Rio Tinto está extraíndo ilmenita em Madagascar para exportá-la ao Canadá. Para compensar a destruição da biodiversidade causada por essa atividade no local da mina, a empresa instalou um projeto de ‘compensação’ de biodiversidade em outra floresta com características parecidas, 50 km ao norte do local de extração. A empresa tem produzido uma narrativa de que essa floresta estaria ameaçada e que seu projeto de ‘compensação’, em colaboração com a ONG Birdlife Internacional, poderia salvá-la. Inclusive, um projeto de plantio de árvores ‘aumentaria’ a biodiversidade. (4)

A estratégia prevista para Moçambique parece focar numa outra forma de ‘compensação’ de biodiversidade. Um documento chamado de “roteiro para a compensação de biodiversidade em Moçambique” de 2016, elaborado por consultores do Banco Mundial, em colaboração com o fundo BIOFUND de Moçambique, sugere um sistema nacional que implemente a “compensação de biodiversidade”, “minimizando danos ambientais que resultam de desenvolvimento econômico rápido”. A proposta pretende **mitigar “impactos adversos de projetos de desenvolvimento em larga escala”, sendo que as empresas – que causam destruição – contribuiriam com a manutenção e até mesmo a expansão do sistema moçambicano de áreas protegidas**. Afirmam ainda que projetos individuais – como no exemplo dado da empresa Rio Tinto em Madagascar – fariam parte da proposta também. O sistema moçambicano de áreas protegidas cobre 26% do território nacional, mas recebe apenas 9% dos recursos que seriam necessários para a manutenção do mesmo.

### O que é o BIOFUND?

O BIOFUND, criado em 2011, é chamado de “*conservation trust fund*”, em português: fundo fiduciário de conservação. Esse tipo de fundo já existe em mais de 80 países e tem “mobilizado cerca de 800 milhões de dólares americanos para conservação”, recursos de governos e instituições financeiras interessadas em financiar áreas protegidas através desses fundos. Apesar de alegar que o BIOFUND não substituiria responsabilidades do Estado, ele é **uma parceria público-privada e foi criado para assumir o papel de financiar o sistema de áreas protegidas de Moçambique, com apoio de Banco Mundial, agências bilaterais de cooperação internacional e ONGs conservacionistas**. O relatório acima mencionado dos consultores do Banco Mundial exalta que o BIOFUND é um organismo “independente, privado, sem fins lucrativos” e “bem colocado para receber, administrar e desembolsar fundos de compensação ao longo do tempo”. (5)

O principal problema que o BIOFUND aponta para financiar a conservação em Moçambique é a dependência de recursos externos. Em 2014, 81% da conservação era financiado por fontes externas. A solução dada pelo BIOFUND foi criar **um fundo que capta contribuições relativamente grandes e especular com este dinheiro nos mercados financeiros para aumentar o volume do fundo, enquanto utilizam os rendimentos para investir na conservação ambiental.**

Aparentemente, **o mecanismo de ‘compensação’ de biodiversidade aparece como mais uma fonte potencial de captação de recursos** na medida em que haja projetos destruidores propostos e sendo implantados no território Moçambicano. De fato, Moçambique vive uma fase de crescimento econômico acima da média mundial, baseado em projetos e setores que causam uma grande destruição para a biodiversidade como, por exemplo, a mineração, extração de gás e petróleo e hidrelétricas.

### O papel do Banco Mundial

O Banco Mundial tem cumprido um papel chave na propagação de mecanismos de ‘compensação’ como o REDD e a ‘compensação’ de biodiversidade. Em 2012, a Corporação Internacional Financeira, o órgão do Banco que financia empresas privadas, incluiu nos seus critérios a opção pela qual as empresas possam destruir áreas críticas em termos de biodiversidade, sob a condição de apresentar um plano de como pretendem ‘compensar’ pela destruição.

Em 2015, o Banco produziu um relatório parecido com o que fez em Moçambique, indicando o caminho para Libéria de como o dinheiro do setor de mineração, fortemente presente no país, possa ser usado para financiar ‘áreas protegidas’. (6) Chamam isso de uma ‘oportunidade’ para o setor de conservação. O que não mencionam é que, onde essas empresas se instalam, áreas ricas em biodiversidade serão destruídas. Tampouco se lembram de mencionar que com a mineração também serão destruídos os meios de subsistência de comunidades locais, como ocorre na mineração da empresa brasileira Vale na província de Tete, Moçambique, e que com os projetos de ‘compensação’ um número ainda maior de comunidades enfrentarão problemas.

### Quais as ameaças da “compensação” de biodiversidade?

**A primeira ameaça é a lógica do mecanismo em si** que depende da destruição para prometer recursos para a ‘compensação’ em outros locais, criando a necessidade de uma narrativa de que estes outros locais estariam sofrendo alguma ameaça. Os consultores que elaboram geralmente culpam as comunidades locais como sendo a principal ameaça. É uma visão simplista da realidade e perversa para as comunidades que dependem das florestas. Significa que, **quanto mais destruição com todas suas consequências nefastas e bem conhecidas, mais recursos o BIOFUND receberá.** O mecanismo acaba criando um incentivo para que a destruição ambiental em Moçambique continue e se agrave. Pergunta-se: como um fundo ‘de conservação’ como o BIOFUND vai se alimentar da destruição da biodiversidade que ele mesmo pretende conservar? Não deveria, em primeiro lugar, contribuir para que a destruição pare?

Além disso, **nunca há como ‘compensar’ a biodiversidade em outro lugar**, já que cada área e cada lugar, cada sítio, tem uma biodiversidade específica e única, uma importância

particular para as comunidades que precisa ser valorizada e conservada. Não pode ser submetida a uma visão simplista, de meros cálculos econômicos, de incompreensíveis equações para chegar a afirmações sobre perdas ‘liquidadas’ ou ‘compensação’.

Outra ameaça do mecanismo se refere às comunidades e as áreas e florestas das quais dependem. No caso do projeto da Rio Tinto em Madagascar, as comunidades que vivem na área de ‘compensação’ foram submetidas a severas restrições. Foram apontados como ameaça para a conservação da biodiversidade naquele lugar, apesar de que vivem lá há gerações, protegendo a floresta. **Quando, no caso de Moçambique, o Banco Mundial afirma que os recursos das empresas destruidoras poderiam ser utilizados também para aumentar as áreas protegidas, isso significa que comunidades que vivem nessas áreas correm sérios riscos de expulsão.** Criaria mais situações de conflitos e de injustiça ambiental no país e uma usurpação de terras em dobro nas áreas de destruição e de ‘compensação’.

É importante ressaltar que as grandes corporações apoiam a criação de mecanismos como a ‘compensação’ de biodiversidade, porque representam um caminho através do qual eles podem continuar destruindo e lucrando por mais tempo. **Apesar de promessas nos documentos do Banco Mundial de que este mecanismo, através do BIOFUND, poderia beneficiar as comunidades, a tendência é de que elas serão muito mais prejudicadas perdendo terras e florestas das quais dependem.** Certamente, combater o desmatamento e conservar a biodiversidade é algo necessário e urgente. Mas não em base da continuação da destruição como ‘oportunidade’ para poder fazer a conservação. Trata-se muito mais de oportunismo, de perpetuar as profundas injustiças sociais e ambientais de um modelo econômico devastador que se aprofunda cada vez mais no país.

*ADECRU (Acção Académica para o desenvolvimento das comunidades rurais, Moçambique), JÁ! (Justiça Ambiental, Moçambique) e WRM*

(1) Indústrias podem comprar certificados de poluição – os chamados créditos de carbono – que lhes dão esse direito de poluir. Através do mecanismo REDD elas fazem pagamentos para um país com florestas tropicais para que este conserve uma floresta que estaria ameaçada, ou faça uma plantação de eucaliptos que absorve, e portanto armazena carbono da atmosfera; com isso, “compensaria” pela continuada poluição industrial. Mas trata-se de uma falsa solução porque as florestas ou plantações são estoques temporários de carbono da atmosfera, enquanto as indústrias que compram o direito de poluir continuam jogando mais dióxido de carbono na atmosfera. Com isso e com tempo, o REDD agrava o aquecimento global. Além disso, os projetos REDD e de plantações de árvores como eucalipto ou pinheiro causam muitos outros problemas para as comunidades locais que perdem acesso às terras férteis e às florestas. E mais, elas geralmente são apontadas como os principais responsáveis pelo desmatamento e degradação ambiental.

(2) Agenda Florestal 2035 e Programa Nacional de Florestas. Mitader, Fevereiro 2019, Documento para divulgação e consulta pública.

[http://www.dinaf.gov.mz/pirf\\_mreddplus/attachments/article/183/DOC\\_AGENDA%202035%20e%20Programa%20nacional%20de%20florestas.pdf](http://www.dinaf.gov.mz/pirf_mreddplus/attachments/article/183/DOC_AGENDA%202035%20e%20Programa%20nacional%20de%20florestas.pdf)

(3) The World Bank, Mozambique and Democratic Republic of Congo sign landmark deals with World Bank to cut carbon emissions and reduce deforestation, February 2019.

<http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/02/12/mozambique-and-democratic-republic-of-congo-sign-landmark-deals-with-world-bank-to-cut-carbon-emissions-and-reduce-deforestation>

(4) WRM Boletim 223, A compensação de biodiversidade da Rio Tinto em Madagascar: Como a cultura e a religião são usadas para impor restrições, 2016, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/a-compensacao-de-biodiversidade-da-rio-tinto-%e2%80%8b-%e2%80%8bem-madagascar-come-a-cultura-e-a-religioao-sao-usadas-para-impor-restricoes/>

(5) BioFund, <http://www.biofund.org.mz/>

(6) WRM Boletim 213, Banco Mundial abre caminho para uma estratégia nacional de compensação de biodiversidade na Libéria, 2015, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/banco-mundial-abre-caminho-para-uma-estrategia-nacional-de-compensacao-de-biodiversidade-na-liberia/>

## Territórios indígenas em Sarawak, no Bornéu malaio, são ameaçados por monoculturas



Indigenous communities blockade. Ph: Save the Mulu Rainforest

A comunidade indígena Penan, de Kampung Batu Bungan, no estado de Sarawak, fica próxima ao Parque Nacional Gunung Mulu, Patrimônio Mundial da UNESCO. Em janeiro de 2019, os moradores relataram que **a obra para a construção de uma estrada que levará a uma plantação de dendê está invadindo seu território tradicional**. A comunidade organizou um bloqueio contra as operações da Radiant Lagoon, uma empresa malaia de óleo de dendê, e registrou um boletim de ocorrência em Marudi, para deter a invasão. A alegação é que os trabalhadores da obra simplesmente desmantelaram o bloqueio.

Além da estrada, a empresa já está preparando mudas de dendezeiro. Em março de 2019, no viveiro da Radiant Lagoon, os moradores de Penan e Berawan, na região de Mulu, encontraram **dezenas de quilos de Antracol, um pesticida proibido pela União Europeia pelo risco que representa aos fetos**. O veneno foi encontrado na estufa de mudas de dendezeiro da empresa. (1)

### Promessas do governo versus ações de governo

Em setembro de 2018, o Ministro Federal das Indústrias de Plantações anunciou que o novo governo não permitiria mais expansão das plantações de dendezeiros no país, como parte de seus esforços para garantir que a Malásia mantenha uma cobertura florestal de 50%. Em dezembro, Sarawak também anunciou a adoção desse compromisso, mas ainda há muitas questões sem resposta quanto ao seu significado real.

**Entre final dos anos 1990 e meados dos 2000, o Departamento de Florestas de Sarawak emitiu um total de 43 licenças para plantações de árvores voltadas à extração de madeira, cobrindo uma área de 2,8 milhões de hectares, dentro de seu sistema de Licença para Florestas Plantadas (LPF, na sigla em inglês).**

Essas licenças do sistema LPF estão localizadas tanto na floresta produtiva reservada quanto em áreas florestais do Estado não reservadas. As florestas produtivas reservadas são florestas que foram legalmente declaradas para fins de produção de madeira “de forma sustentável”, perpetuamente, e colocadas sob a autoridade plena do Departamento de Florestas. As florestas não reservadas em terras do Estado são as florestas remanescentes que não recebem essa “proteção” e podem ser legalmente convertidas para outros usos da terra, e ainda estão parcialmente sob a autoridade do Departamento de Terras e Pesquisa. Portanto, a extração madeireira em uma área de floresta produtiva segue diretrizes e planos de manejo mais rigorosos do que nas florestas não reservadas em terras do Estado.

Algumas das licenças concedidas dentro do sistema LPF permitem que as empresas usem apenas 20% de suas áreas de concessão para cultivar dendê. **As áreas plantáveis são estimadas em 1,3 milhão de hectares para árvores destinadas à extração de madeira, e em 285.520 hectares para o dendê.** Em dezembro de 2013, havia 325.314 e 146.578 hectares de plantações destinados a madeira e dendê, respectivamente. (2) Apesar da falta de dados oficiais mais recentes, a organização Sahabat Alam Malaysia, SAM (Amigos da Terra – Malásia), acredita que **a maioria das licenças em Sarawak já tenha sido concedida, mas nem todas as áreas foram exploradas, já que essas concessões são grandes.**

Além disso, desde o final da década de 1990, o Departamento de Terras e Pesquisa de Sarawak também está emitindo licenças de plantio em terras que não estão sob a autoridade do Departamento de Florestas. Essas terras, por sua vez, podem ser postas sob responsabilidade de órgãos como a Autoridade de Custódia e Desenvolvimento de Terras (LCDA) e o Conselho de Desenvolvimento de Terras de Sarawak (SLDB), e podem ser exploradas pelo setor privado ou pelo público, ou ainda por algumas formas de parceria público-privada, com ou sem o envolvimento de comunidades nativas. Com base nos dados dos sites de vários órgãos estaduais e federais, a SAM (Amigos da Terra – Malásia) estimou que, atualmente, as terras visadas para plantações fora do sistema LPF podem estar em torno de 800.000 hectares. (3) No entanto, não há dados completos disponíveis sobre o tamanho total das licenças que foram realmente emitidas e em que medida elas envolvem o cultivo de dendezeiros. Enquanto isso, o Conselho de Óleo de Dendê da Malásia (MPOB) mostra que, em 2017, as áreas de cultivo de dendê em Sarawak atingiram 1,5 milhão de hectares. (4)

É importante notar que **as plantações de dendê não são a única causa de conflitos e destruição de florestas na Malásia. As monoculturas de árvores para extração de madeira e as usinas hidrelétricas são outras duas causas** de conflitos e desmatamento. Na verdade, as monoculturas de árvores para extração de madeira e de dendê são permitidas em florestas produtivas reservadas. Em Sarawak, essas conversões florestais também ocorrem em florestas não reservadas em terras do Estado.

Portanto, a partir do final da década de 1990, **mais de 3 milhões de hectares foram licenciados para monoculturas em Sarawak** – considerando as licenças do tipo LPF, as emitidas pelo Departamento de Terras e Pesquisa e as estatísticas do órgão federal sobre exploração do dendê –, onde **a área total especificada para as plantações de árvores voltadas à extração de madeira é maior do que a destinada ao dendê. Isso representa um quarto do total de terras de Sarawak.** Além disso, a pesquisa da SAM mostrou que **a tendência se repete na Península Malaia e em Sabah.** (5) Na Malásia peninsular, até 2017, 399.861 hectares das florestas produtivas reservadas haviam sido destinados para

plantações voltadas à exploração de madeira. (6) Em Sabah, até 2017, 451.239 hectares de suas florestas produtivas reservadas haviam sido destinados ao plantio de árvores, e outros 77.134 hectares estão cultivados com dendê. (7) Na Malásia como um todo, as áreas destinadas ao desenvolvimento de novas monoculturas envolvendo conversões florestais totalizam pelo menos 3,7 milhões de hectares, mais do que o tamanho do estado de Pahang. **Muitas dessas áreas também estão dentro de territórios indígenas tradicionais.**

Portanto, os problemas centrais são o desmatamento e as violações aos direitos dos povos indígenas e a seus direitos consuetudinários à terra, como mostra o caso de Batu Bungan. O dendê é apenas uma das *commodities* envolvidas.

Portanto, a ambição do novo governo federal de manter uma cobertura florestal nacional de 50% parece se basear em **estatísticas que consideram as plantações de monoculturas, juntamente com os fragmentos de florestas adjacentes, como “cobertura florestal”**, o que estaria de acordo com a definição enganosa de florestas da FAO, organismo da ONU.

Segundo a comunidade de Kampung Batu Bungan, já houve uma destruição considerável de florestas, rios e outros recursos apenas como resultado da construção da estrada. Embora tenha ouvido falar da chegada da plantação de dendê pela primeira vez em 2018, a comunidade nunca deu seu consentimento ao projeto. A ausência de qualquer processo significativo de consulta também faz com que as pessoas fiquem sem informações fundamentais. Elas não receberam documentos identificando os proponentes do projeto, seus agentes, os limites e o porte das operações, e outros detalhes importantes. Elas também se perguntam sobre os lucros derivados das árvores que são derrubadas para a construção da estrada. **A comunidade exige a interrupção imediata da invasão de seu território tradicional.**

Essa situação não é um caso isolado em Sarawak ou mesmo na Malásia, e não se resume a plantações de dendezeiros. Como afirmou o Relatório da Investigação Nacional sobre os Direitos dos Povos Indígenas à Terra, publicado pela Comissão de Direitos Humanos da Malásia (SUHAKAM) em 2013, **as violações dos direitos consuetudinários dos indígenas à terra no país são sistêmicas, e a falta de segurança para exercer esses direitos deve ser abordada em primeiro lugar.**

Isso, juntamente com o compromisso dos governos estaduais e federal de deter o desmatamento, coloca em evidência a **necessidade de revisar e revogar licenças de monocultura de grande porte, que afetam territórios tradicionais e florestas produtivas reservadas e florestas não reservadas em terras do Estado, independentemente da commodity envolvida.**

Além disso, o governo federal precisa fazer uma atualização do relatório da investigação nacional da SUHAKAM, e chegou a hora de os governos estaduais e federal seguirem as recomendações do relatório SUHAKAM de 2013 e protegerem os direitos dos povos indígenas no país. Também é imperativo que esses governos respeitem o clamor da comunidade Penan, de Kampung Batu Bungan. Sua proximidade com o Parque Nacional Gunung Mulu, de fama internacional, também deve ser levada em conta.

Embora os órgãos do Estado tenham designado pelo menos 3,4 milhões de hectares de áreas florestais com monoculturas desde a década de 1990, inclusive com plantações de

dendê, muitas dessas plantações ainda não foram totalmente exploradas. **Ainda é possível deter a destruição de muitos territórios indígenas e reconhecer os direitos desses povos a terras tradicionais. Isso protegeria uma área considerável de cobertura florestal natural, incluindo as florestas que abrigam o Kampung Batu Bungan em Mulu, Sarawak.**

*Sahabat Alam Malasia, SAM (Amigos da Terra da Malásia),*  
<https://www.foe-malaysia.org/>

(1) Bruno Manser Fonds, Save the Mulu Rainforest, <https://savemulu.org/en/news/banned-pesticide-found-in-mulu-oil-palm-plantation>

(2) Site oficial do Departamento Florestal de Sarawak, *Forest Plantation Development in Sarawak*, <https://forestry.sarawak.gov.my/page-0-362-1129-Forest-Plantation-Development-in-Sarawak.html>.

Para mais informações, veja “Malaysian palm oil – Green gold or green wash”, Amigos da Terra Internacional e outros membros, 2008, <https://www.foei.org/wp-content/uploads/2014/08/04-foei-sarawak-full-report-lr.pdf>

(3) Autoridade de Custódia e Desenvolvimento de Terras (PELITA), *Desenvolvimento de plantações*, <http://www.pelita.gov.my/business/1> e Sarawak Land Consolidation and Rehabilitation Authority (SALCRA), Dendê, <http://www.salcra.gov.my/en/about-us/core-business/plantation/oil-palm.html>, Sarawak Plantation Berhad (SPB), Localização de unidades de operação, <http://www.spbgroup.com.my/locality-map.htm>.

(4) Ministério das Indústrias de Base, Óleo de Dendê, <https://www.mpi.gov.my/index.php/en/statistic-on-commodity/dataset/711->

(5) SAM, chamado urgente para interromper novas conversões de floresta, 2016, [https://www.foe-malaysia.org/urgent\\_call\\_to\\_halt\\_further\\_forest\\_conversions](https://www.foe-malaysia.org/urgent_call_to_halt_further_forest_conversions)

(6) Relatório Anual 2017, Departamento Florestal da Malásia Peninsular, [https://www.forestry.gov.my/images/Laporan\\_Tahunan/2017/Laporan\\_Tahunan\\_2017.pdf](https://www.forestry.gov.my/images/Laporan_Tahunan/2017/Laporan_Tahunan_2017.pdf)

(7) Relatório Anual 2017, Departamento Florestal de Sabah, <https://www.forest.sabah.gov.my/ar2017/ar-2017.pdf>

## Financiamento equivocado: apoio ao REDD+ por parte do Fundo Verde para o Clima



Santarem, Brasil.

O Fundo Verde para o Clima foi criado por governos com o objetivo de apoiar os países do Sul global em suas respostas às mudanças climáticas. Em fevereiro de 2019, o Fundo aprovou um pagamento de 96 milhões de dólares ao governo do Brasil por emissões de

gases de efeito estufa que deixaram de ser lançadas na atmosfera nos anos de 2014 e 2015. O governo havia solicitado a verba por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A suposta redução de emissões foi alcançado, argumenta a proposta do PNUD, porque o governo do Brasil tomou medidas para reduzir o desmatamento. Foi a primeira vez que o Conselho do Fundo Verde para o Clima aprovou uma solicitação de financiamento para REDD+ que corresponde ao chamado pagamento “baseado em resultados”. (1) Os detalhes da decisão (abaixo) demonstram por que é provável que grande parte desse dinheiro seja concedida para reduções de emissões que existem apenas no papel.

O Fundo Verde para o Clima anunciou que fornecerá mais verbas para atividades de REDD+ no futuro próximo. Um pedido de financiamento particularmente criticável vem da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), o braço do Banco Mundial que financia empresas do setor privado. A IFC está solicitando subsídios para que as empresas possam criar novos projetos de REDD+ ou vender seus créditos de carbono de projetos já existentes, os quais sabidamente causaram controvérsias e conflitos.

### **O que é o Fundo Verde para o Clima?**

O Fundo Verde para o Clima foi criado em 2010 pelos 194 países que fazem parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). (2) É uma das possibilidades através das quais governos – principalmente do Norte global, mas não exclusivamente – podem transferir dinheiro que comprometeram contribuir no âmbito do Acordo de Paris sobre mudança climática, da ONU. O Fundo não implementa projetos, e sim aloca verbas para propostas apresentadas por instituições multilaterais, como o PNUD ou a IFC do Banco Mundial, bem como agências nacionais ou regionais, incluindo bancos de desenvolvimento ou bancos privados e ONGs, como WWF ou Conservation International. Até o final de 2018, o Fundo Verde para o Clima havia autorizado 75 entidades nacionais, regionais e internacionais do setor público e privado a apresentar propostas de financiamento.

Ao estabelecerem o Fundo Verde para o Clima, 43 governos nacionais se comprometeram a disponibilizar 10,3 bilhões de dólares iniciais. Até o final de 2018, um total de 4,6 bilhões foi alocado a 93 propostas de financiamento que cobriam atividades em 96 países. Das verbas remanescentes das contribuições iniciais dos governos, 600 milhões de dólares são reservados para financiar projetos que já estavam na lista de espera do Fundo Verde para o Clima. Isso inclui projetos de REDD+, como o concedido ao governo do Brasil em fevereiro de 2019, ou uma proposta da IFC que deverá ser apresentada ao Conselho do Fundo em julho de 2019 e que incluiria a comercialização de créditos de REDD+ oriundos de projetos do setor privado.

### **Milhões de dólares por “resultados” na redução do desmatamento, embora o desmatamento esteja aumentando**

Em fevereiro de 2019, em sua 22ª reunião, o Conselho do Fundo Verde para o Clima aprovou a primeira solicitação para os chamados “pagamentos baseados em resultados de REDD+”. Em nome do governo brasileiro, a agência de desenvolvimento PNUD solicitou pagamento por “resultados alcançados por meio de REDD+ no bioma amazônico brasileiro em 2014 e 2015”. O Conselho concordou em pagar 96 milhões de dólares por 18,82 milhões de toneladas de dióxido de carbono que o governo alega não terem sido liberadas na



atmosfera como resultado de sua ação para reduzir o desmatamento na Amazônia brasileira durante esses dois anos. Nos documentos do projeto, o PNUD e o governo anunciam que uma segunda solicitação de pagamento será apresentada “no futuro”, relativa a resultados na redução das emissões por desmatamento supostamente alcançadas durante 2016 e 2017. (3)

O governo brasileiro e o PNUD explicam que estão solicitando pagamento apenas por uma pequena parcela das emissões de 2,39 bilhões de toneladas de dióxido de carbono que, segundo seus cálculos, deixaram de ser liberadas como resultado da redução do desmatamento na Amazônia brasileira entre 2014 e 2018.

Mas esse cálculo é digno de crédito? A resposta é não. Grande parte do pagamento do Fundo Verde para o Clima será feita, portanto, por emissões de dióxido de carbono que ou foram liberadas na atmosfera sim, ou por uma economia que só existe no papel. Mesmo assim, o Fundo pagou porque a solicitação de pagamento do PNUD calcula o volume de emissões que o governo do Brasil alega ter sido reduzido por meio de REDD+ em 2014 e 2015, comparando o desmatamento registrado em 2014 (5.012 km<sup>2</sup>) e 2015 (6.207 km<sup>2</sup>) com o desmatamento médio entre 1996 e 2010 (16.640 km<sup>2</sup>). A média inclui os anos de pico do desmatamento na Amazônia brasileira e, portanto, é muito alta.

No jargão da negociação climática da ONU, essa média é chamada de “nível de referência de emissões florestais”. Quando o governo do Brasil submete à ONU esse nível de referência (que será usado para verificar se o governo conseguirá atingir as reduções de emissões prometidas dentro do Acordo de Paris da ONU, em 2015), o número de hectares é convertido em toneladas de dióxido de carbono. (4) Essa também é a unidade usada para solicitar pagamento do PNUD ao Fundo Verde para o Clima: para cada tonelada de dióxido de carbono que o Fundo aceita como “resultado do REDD+”, ele paga cinco dólares. Como o desmatamento médio entre 1996 e 2010 foi muito alto (e foi reduzido antes que o REDD+ existisse!), **o desmatamento real na Amazônia brasileira pode mais do que dobrar, mas o governo brasileiro ainda poderia receber o pagamento por “resultados” na redução!**

Fica claro que algo tem que estar errado quando um Fundo criado para financiar ações voltadas a evitar o caos climático paga 96 milhões de dólares a um governo que anunciou que vai reduzir ainda mais as ações para controlar o desmatamento – em uma região onde o desmatamento já voltou a aumentar. (5) O Fundo Verde para o Clima também não exige um compromisso de que o carbono pelo qual o pagamento foi recebido permaneça na floresta após o pagamento. Com o desmatamento na Amazônia brasileira aumentando, o pagamento de 96 milhões de dólares pode apenas retardar em alguns anos a liberação das emissões do desmatamento.

Mesmo sem o compromisso de manter o carbono “estocado” e sem qualquer informação sobre quanto carbono será “poupado” como resultado das atividades a ser financiadas pelo Fundo Verde para o Clima, o pagamento continua sendo vendido como sendo “por resultado”. O governo da Noruega, um dos principais contribuintes do Fundo Verde para o Clima e o maior financiador do REDD+, anunciou que dobraria sua contribuição financeira para o Fundo pouco depois de o Conselho aprovar o financiamento de REDD+ para o Brasil. (6)

**Atraindo pequenos agricultores para um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais enquanto o desmatamento em grande escala permanece sem solução**

Alguns argumentam que, mesmo que os cálculos não sejam tão precisos, o dinheiro pelo menos garantirá o tão necessário financiamento para agricultores e povos indígenas. Na realidade, esse dinheiro será usado para **atrair camponeses a um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais** de seis anos (chamado Floresta+). **Esse Programa não aborda nem o grave problema da insegurança fundiária e muito menos a falta de apoio das políticas governamentais à pequena agricultura. Em vez disso, impulsiona a intensificação das práticas agrícolas ao pagar os agricultores se usarem menos do que os 20% legalmente permitidos na Amazônia de suas terras. Por outro lado, o desmatamento em grande escala como resultado da destruição voltada à pecuária ou a monoculturas de soja ou eucalipto continuará sem restrições.**

### **Aumentar o subsídio para projetos de REDD+ do setor privado que estejam em conflito com comunidades?**

O Conselho do Fundo Verde terá que decidir sobre uma solicitação de financiamento de REDD+ ainda mais prejudicial ao clima em sua reunião de julho de 2019. A Corporação Financeira Internacional (IFC), braço do Banco Mundial que financia o setor privado (empresarial) está se preparando para solicitar verbas para um “Programa Multipaíses de Obrigações Florestais” visando “evitar o desmatamento em diversas bacias florestais, ao alavancar o potencial de investimento a partir de mercados de capitais. Financiar atividades de REDD+ e subsidiar preços para créditos de carbono representarão um modelo de financiamento baseado em resultados”. (7)

O Conselho do Fundo Verde para o Clima tem muitas razões para rejeitar essa proposta, entre elas:

- Em 2017, a IFC já lançou uma iniciativa de “Títulos (ou Ativos) Florestais”, oferecendo aos investidores (“detentores dos títulos”) a escolha entre receber créditos do polêmico projeto de REDD+ do Corredor Kasigau, no Quênia, ou um pagamento anual de juros em dinheiro. Mas nem um único “detentor” de Títulos Florestais quis receber seu pagamento de juros anual na forma de créditos de REDD+.
- O dinheiro que a IFC arrecada com a venda de “Títulos Florestais” **não** é investido em proteção florestal. Na verdade, os investimentos financiados com esse dinheiro podem até causar desmatamento. O único financiamento que vai para “florestas” (na forma de subsídio para atores do setor privado que fazem especulação com projetos de REDD+) é o contrato de compra a ser assinado com proprietários de projetos de REDD+ que fornecerão os créditos de REDD+ que os detentores de títulos podem escolher em vez do pagamento em dinheiro dos juros anuais do dinheiro arrecadada pelo IFC. Esses projetos de REDD+ do setor privado se revelaram particularmente controversos. (8)
- O dinheiro do Fundo Verde para o Clima será usado para que a IFC (ou uma empresa em nome dela) seja compensada se tiver que vender (ou dar) os créditos de carbono de REDD+ por menos do que pagou por eles. Não há benefício climático nesse subsídio (que a proposta da IFC chama de “Facilidade de Liquidez”). No projeto, a IFC propõe pagar o padrão de cinco dólares por crédito de REDD+; contudo, como mencionado acima, os detentores de Títulos Florestais de 2017 preferiram receber seus pagamentos anuais em dinheiro em vez de receber créditos de REDD+ a esse preço.

- Embora o REDD+ tenha sido proposto como um mecanismo para atrair financiamento do setor privado na proteção florestal, esse setor não demonstrou muito interesse em investir em projetos de REDD+ – o que é um bom sinal, considerando que quase todos os projetos existentes geraram conflitos com comunidades e nenhum deles pode garantir a contribuição que afirma dar à proteção climática. A proposta da IFC é fornecer empréstimos baratos para investidores do setor privado potencialmente interessados em estabelecer novos projetos de REDD+ e ajudá-los na comercialização dos créditos. Como mencionado anteriormente, esses projetos de REDD+ do setor privado têm tudo para ser uma má notícia para as comunidades florestais e o clima.
- Além disso, os projetos vão complicar a contabilização das emissões de carbono pelos governos: se um investidor do setor privado vender créditos de carbono de um projeto de REDD+ para a IFC ou outro comprador, o governo do país onde o projeto está acontecendo terá que descontar as toneladas de carbono vendidas como créditos de REDD+ de seu balanço nacional. Eles deveriam levar em conta as promessas e ações nacionais em nível internacional. Se os países não descontarem de seu balanço as toneladas que estão sendo vendidas como créditos de REDD+, a mesma tonelada de carbono será contabilizada duas vezes: pelo comprador do crédito e no balanço de carbono do governo em questão. Na linguagem dos negociadores climáticos da ONU, isso é “dupla contabilização”.

Em suma, a aprovação do financiamento à IFC representaria um enorme desperdício de verba escassa do Fundo Verde para o Clima. O dinheiro subsidiaria os projetos de REDD+ do setor privado, que provavelmente gerariam conflitos com comunidades que dependem das florestas e dificilmente atacariam as causas do desmatamento em grande escala.

O entusiasmo do Fundo Verde para o Clima com pagar por “resultados de REDD+” (mesmo quando não há resultados que possam ser confirmados!) e subsidiar a compensação de carbono chega em um momento em que está mais claro do que nunca que o tempo da compensação acabou. É necessário fazer cortes reais nas emissões – em outras palavras, o petróleo e o carvão devem ficar debaixo do solo. (9) Também coincide com o reconhecimento, por muitos defensores iniciais do REDD+, de que o sistema é o instrumento equivocado para combater as causas do desmatamento em grande escala. (10) Esta análise, assim como a documentação dos conflitos e das violações aos direitos das comunidades que dependem das florestas em que os projetos de REDD+ do setor privado costumam estar envolvidos, parece ter escapado até agora à atenção dos membros do Conselho do Fundo Verde para o Clima. Com base na experiência com o REDD+, não há fundamentação para o Conselho aprovar subsídios para projetos de REDD+ do setor privado.

*Jutta Kill*

*Membro do Secretariado Internacional do WRM*

(1) REDD significa **R**edução de **E**missões por **D**esmatamento e **D**egradação Florestal. O sinal de “mais” em REDD+ indica que a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o plantio de árvores também são atividades de REDD+.

(2) Para mais informações sobre o Fundo Verde para o Clima, consulte *About the Fund – Green Climate Fund*. <https://www.greenclimate.fund/who-we-are/about-the-fund>. Para uma explicação de como o Fundo subsidia o REDD+, consulte: Kill, Jutta, e Liane Schalatek. *Green Climate Fund and REDD+: Funding the Paradigm Shift or Another Lost Decade for Forests and the Climate?* Washington, DC: Heinrich Boll Stiftung, 2019. <https://us.boell.org/2019/03/21/green-climate-fund-and-redd-funding-paradigm-shift-or-another-lost-decade-forests-and>

(3) Para obter informações sobre o projeto, consulte a página do Fundo Verde para o Clima referente ao Brasil: <https://www.greenclimate.fund/countries/brazil>

(4) As cifras dos governos sobre emissões de dióxido de carbono por desmatamento têm pouca relação com a quantidade liberada na atmosfera quando as florestas são destruídas. Por exemplo, a maioria dos governos, incluindo o do Brasil, não inclui emissões de incêndios florestais provocados por seca nos dados que apresentam à convenção climática da ONU.

(5) Veja, por exemplo, Bradford, S. & M. Torres (2017): Brazil on verge of legitimizing Amazon land theft on a grand scale, warn NGOs. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2017/06/brazil-on-verge-of-legitimizing-amazon-land-theft-on-a-grand-scale/> e Lang, Ch. (2019): Brazil's funding proposal for REDD results-based payments to the Green Climate Fund would set a terrible precedent. <https://redd-monitor.org/>.

(6) Usher, Ann Danaiya. "Brazil receives first Green Climate Fund grant for REDD+. Critics warn of 'paper reductions' with no real climate benefits." Development Today, 15 de março de 2019

(7) Veja a apresentação *Green Climate Fund's Private Sector Facility and the REDD+ Results-Based Payments*, na seção 4 da 18ª reunião do Fundo de Carbono do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal: <https://www.forestcarbonpartnership.org/carbon-fund-eighteenth-cf18-june-20-22-2018-paris>

(8) ReCommon (2016): Mad Carbon Laundering. How the IFC subsidizes mining companies and failing REDD projects. <https://www.recommon.org/eng/mad-carbon-laundering/>

(9) Lund, J. F. et al. (2017): Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. World Development. Volume 89, janeiro de 2017: 124-139

(10) O portal REDD Monitor apresenta uma cobertura detalhada da ampla gama de controvérsias, incoerências, contradições e conflitos associados ao REDD+ e a esquemas de pagamento baseados em resultados para REDD+: [www.redd-monitor.org](http://www.redd-monitor.org). Outra fonte de informações sobre REDD+, incluindo um mapa para localizar uma ampla literatura crítica acadêmica e de ONGs sobre REDD+ é o Webdossier New Economy with Nature, da Fundação Heinrich Böll. <https://www.boell.de/en/dossier-new-economy-nature>

## Tentativa de recolonizar florestas na Índia

### As novas propostas de emenda à Lei Indiana de Florestas



Protestos em Bengala do Norte contra os despejos: "Vamos resistir a todas as tentativas de despejar moradores da floresta".  
Foto: Swarup Saha

À medida que se aproximam as eleições gerais para a escolha de um novo parlamento indiano, **intensifica-se a ofensiva do governo de extrema-direita do partido BJP contra florestas e comunidades da floresta**. No início deste ano, esse governo descaradamente pró-empresas não foi capaz de defender a importantíssima Lei dos Direitos Florestais de 2006 em uma decisão da Suprema Corte e criou uma situação na qual cerca de 10 milhões de moradores de florestas da Índia enfrentam despejos sumários (1). Agora, o governo

propôs **novas emendas à Lei Indiana de Florestas (IFA, na sigla em inglês), de origem colonial, que não só tornaria a burocracia florestal mais poderosa do que nunca, mas também poria fim, na prática, à Lei dos Direitos Florestais como um todo, além de legalizar a entrada de grandes empresas no setor florestal.**

A Lei de Direitos Florestais (FRA, na sigla em inglês) da Índia é uma legislação fundamental que reconhece muitos direitos dos *adivasis* (povos indígenas) e outras comunidades tradicionais que vivem nas florestas. Também fortalece as assembleias de aldeias – as Gram Sabhas – para que governem suas próprias florestas e outras das quais dependem. A FRA sofre ataques desde o início, e não apenas das indústrias de mineração e plantação de árvores, para citar algumas, mas também da indústria da conservação. (2)

Em 7 de março de 2019, o Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas (MoEFCC) enviou as propostas de emenda à Lei Indiana de Florestas (IFA) de 1927 a vários governos estaduais para comentários, embora elas ainda não tenham sido oficialmente liberadas para comentários públicos. **Grupos ativistas consideram a nova proposta da IFA pior do que sua versão colonial, pois perpetua a mesma injustiça histórica contra as comunidades florestais** que a FRA tentou resolver. (3) **É uma ação para recolonizar o regime florestal colonial predominante** em vez de democratizá-lo para que a lei possa atender às necessidades fundamentais relativas ao meio ambiente, aos direitos e à subsistência das pessoas por meio da ação fundamental das Gram Sabhas, dizem os grupos.

### **Mais coerção, mais controle por parte do Estado**

De acordo com as emendas propostas, o Estado nomearia Responsáveis pelo Ajuste Florestal que “ajustariam” todos os tipos de direitos relativos às florestas. A menos que explicitamente reivindicados, sancionados e registrados – por escrito –, **os direitos das comunidades seriam extintos. As emendas não preveem qualquer papel para instituições comunitárias como as Gram Sabhas** em todo o processo de reconhecimento de direitos, que são hoje previstos na FRA. Além disso, mesmo os direitos devidamente registrados podem ser “comprados” no interesse da conservação e depois “comutados” – ou seja, os detentores desses direitos podem ser pagos independentemente da natureza, da escala e da localização dos direitos florestais.

Em vez de retirar ações por delitos florestais, como reivindicam vários grupos da sociedade civil, **todos os usos possíveis das florestas pelas comunidades seriam criminalizados (a menos que autorizados por responsáveis florestais)**. Entrar em uma floresta sem permissão constituiria “delito florestal”, e as pessoas poderiam ser escolhidas e detidas sob a simples suspeita de um delito ter sido cometido, tendo suas casas arrombadas e revistadas, tudo sem qualquer garantia. Essas disposições violam os Artigos 21 e 22 da Constituição da Índia, conforme apontado por muitos grupos ativistas do país. (4)

**As propostas de emenda introduzem uma nova categoria jurídica chamada “florestas produtivas”, que abre espaço para a privatização em grande escala.** Essas novas “florestas produtivas” (passíveis de serem estabelecidas em todos os tipos de florestas) podem ser usadas para operações de produção florestal “sustentável”, como exploração madeireira, plantações comerciais de monoculturas e comércio de serviços ecossistêmicos, incluindo comércio de carbono por meio de REDD+.

Em casos de possíveis conflitos que surjam entre o Estado e as pessoas ou comunidades com relação à propriedade e ao controle de florestas, estas podem ser tomadas pelo Estado.

### **Reformas das políticas: movimentos usam a FRA para interromper o desmatamento**

Essa virada não era realmente inesperada. As reformas neoliberais promulgadas ou propostas nos últimos cinco anos buscam desfazer reformas democráticas, como a histórica Lei dos Direitos Florestais de 2006 (FRA) e as emendas à Lei de Proteção à Vida Selvagem de 2006, iniciadas durante o mandato do governo anterior, da United Progressive Alliance (UPA). Ambas as leis, principalmente a FRA, juntamente com a Política Florestal Nacional de 1988 e a PESA (Lei de Extensão do Panchayat para as Áreas Reconhecidas), de 2006, procuravam proporcionar um marco de políticas que trouxesse o alívio necessário às comunidades florestais ameaçadas, e representaram importantes rompimentos com o modelo colonial de manejo florestal, baseado na coerção e na extração.

**A FRA, em particular, procura substituir o famigerado *raj* florestal – o domínio feudal-colonial da burocracia florestal – com controle e governança descentralizados e localizados.** No longo prazo, isso possibilitará que haja florestas biodiversas mais bem cuidadas e fiscalizadas, em vez de uma colcha de retalhos de áreas madeireiras, plantações comerciais de monoculturas e os chamados parques de vida selvagem “livres de seres humanos”, todos os quais acabam de forma implacável com as florestas e suas complexas ecologias feitas de habitantes humanos e não humanos. Não surpreende que o Estado não tenha se disposto a implementar a lei. Burocratas florestais de todos os níveis, a mídia empresarial e grandes ONGs de conservação se opuseram à FRA desde o primeiro dia. Inversamente, novos movimentos de oposição às indústrias extrativas e à destruição das florestas pelo Estado começaram a se mobilizar cada vez mais em torno da implementação dessa lei. Os **novos movimentos partiram de legados e linhas de ação mais antigas e transformaram leis como a FRA e a PESA em espaços de novas lutas.**

Nas últimas duas décadas, poderosos movimentos tribais e camponeses contrários à mineração e à industrialização forçada irromperam em áreas florestais e costeiras de Odisha. Em Niyamgiri, uma comunidade florestal típica, chamada Dongria Kondh, conseguiu se mobilizar contra uma proposta de mineração de bauxita pelo famigerado grupo Vedanta, que destruiria suas florestas e seus meios de vida. Como em Niyamgiri, os agricultores de Jagatsingpur invocaram com êxito a FRA em sua longa luta contra a aquisição forçada de terras pelo Estado para instalar uma enorme usina da gigante de aço coreana Posco. Em Mahan, estado de Madhya Pradesh, as comunidades florestais organizadas no movimento Mahan Sagharsh Samiti (MSS) conseguiram impedir um projeto de mineração de carvão de propriedade conjunta das empresas Esaar e Hindalco, que ameaçava destruir 1.200 acres (mais de 486 mil hectares) de antigas florestas de Sal, além de desalojar 54 aldeias que dependem da floresta e seus 500.000 habitantes. (5) As comunidades da floresta, incluindo os indígenas Madia Gonds no distrito de Gadchiroli, em Maharashtra, há muito se opõem à rede de minas de ferro proposta, que destruiria diretamente cerca de 15.000 hectares de florestas densas e afetaria outros 16.000 hectares. Na vizinha área de Korchi, a corajosa resistência da comunidade forçou a retirada prematura de um projeto de mineração de ferro. (6) Nos distritos de Sarguja e Raigarh, em Chattisgarh, as comunidades se mobilizaram contra a mineração de carvão. (7) Em outras áreas de Chattisgarh, Madhya Pradesh, Maharashtra, Jharkhand e Bengala Ocidental, as comunidades e seus movimentos

assumiram o controle de seus espaços florestais, paralisando e, às vezes, interrompendo as operações madeireiras pelo departamento florestal. (8)

### **O Estado responde com mais desmatamento**

Embora a resistência popular tenha usado leis como FRA e PESA para impedir o desmatamento, e ainda que haja sofisticadas disposições legais em vigor para o controle das florestas pelas comunidades, elas não parecem ter impedido o Estado indiano de avançar com o desmatamento organizado.

De acordo com as estatísticas oficiais de “desvio” florestal compiladas pelo Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudança Climática, **um total de 1,5 milhão de hectares de florestas foi desviado para outros usos entre 1980 e 2019**. Destes, mais de meio milhão foram para a **mineração** e o restante, para **energia térmica, linhas de transmissão, hidrelétricas** e outros projetos. (9) Somente nos últimos três anos (2015-18), o governo indiano concedeu “licenças florestais” para **desmatar mais de 20.000 hectares de florestas** (10), a maioria, florestas densas.

Segundo a FRA, o desvio no uso das florestas inclui obrigatoriamente o consentimento da comunidade na conclusão do processo de reconhecimento de direitos florestais, o que significa que **essas licenças têm sido concedidas com base em consentimentos obtidos, em grande parte, por meio de coerção e fraude**. (11) O governo inclui esses desvios desenfreados de florestas entre as formas “organizadas” e “gerenciadas” de desmatamento, e aparentemente não inclui as emissões causadas por eles em seu inventário de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, o mesmo governo coleta enormes somas de dinheiro dos usuários comerciais das florestas de acordo com **seu controverso protocolo de Florestamento Compensatório (CA), que obriga as indústrias e outros usuários da floresta a pagar para “compensar” sua destruição com novas plantações e serviços ecossistêmicos** (12). Após a promulgação da Lei de Florestamento Compensatório 2016 (CAF Act), os fundos acumulados para esse fim chegariam com maior facilidade aos departamentos florestais estaduais e, na visão de grupos ativistas, estes seriam cada vez mais **usados para solapar o controle das florestas pelas comunidades**. Ignorando completamente a oposição generalizada contra a nova lei CAF e em violação flagrante da FRA, o Estado indiano está buscando institucionalizar e legitimar o processo que coloca à venda as florestas do país.

### **Ataque à FRA: reformas neoliberais**

Embora os esforços para diluir a Lei dos Direitos Florestais tenham começado durante o governo anterior, da United Progressive Alliance (UPA), os ataques sistemáticos e implacáveis à legislação só começaram depois que o atual governo do BJP chegou ao poder, em 2014. No mesmo ano, foi lançada a estratégia nacional de REDD+ da Índia, que propunha a mercantilização por atacado das florestas do país em nome da mitigação das mudanças climáticas. Em 2015, o governo propôs a privatização das florestas do país, que teve que ser arquivada por causa dos protestos generalizados. Em 2016, foi aprovada a famigerada Lei de Florestamento Compensatório. Em 2018, lançou-se a Política Florestal Nacional, que determinava, entre outras coisas, a entrada desimpedida de capital empresarial na exploração econômica das florestas, além da legalização do manejo florestal conjunto (JFM), um sistema chamado “manejo florestal participativo” no qual o Departamento Florestal cria e controla comunidades para a proteção das florestas.

**Apesar da FRA e de suas provisões que davam poder às comunidades, o acesso das pessoas às florestas tem sido constantemente reduzido e criminalizado:** o Estado continua assediando e perseguindo comunidades e movimentos que tentem implementar a FRA por conta própria e movendo ações penais não apenas contra os ativistas comunitários e membros de Gram Sabhas que afirmam seus direitos e poderes segundo a FRA, mas também contra pessoas marginalizadas que não conhecem a lei. Os relatórios da Agência Nacional de Registros Criminais (2014, 2015) sobre crimes ambientais na Índia revelam que 77% do total de 5.846 casos registrados em 2014 estão relacionados a violações da Lei Indiana de Florestas de 1927 e da Lei de Proteção à Vida Selvagem. A maioria dos casos foi contra comunidades e povos tribais. (13)

**Essa sequência de eventos corporifica um ciclo interminável de repressão por parte do Estado, cujos exemplos mais recentes são a muito discutida ordem de despejo emitida pela Suprema Corte de fevereiro de 2019 e as emendas propostas pelo governo à Lei Indiana de Florestas.** Em 13 de fevereiro de 2019, enquanto examinava uma ação pendente havia muito tempo que questionava a FRA (a alegação era de que mais direitos florestais causariam aumento do desmatamento, e a maioria dos detentores de direitos era de invasores das florestas do Estado) impetrada por certas ONGs conservacionistas e funcionários florestais aposentados, a Suprema Corte ordenou que, em todos os casos de “rejeição final” de reivindicações de direitos florestais sob a FRA, os reclamantes sejam despejados sumariamente. Se implementada, essa ordem significaria o despejo de cerca de dez milhões de habitantes da floresta. Depois de protestos intensos de todos os setores da sociedade, o despejo foi suspenso temporariamente. Imediatamente após, o governo indiano apresentou as propostas de emenda à Lei Indiana de Florestas que põem fim à FRA e torna os funcionários florestais as únicas autoridades responsáveis por **privatizar florestas e negar os direitos florestais às comunidades, supostamente no interesse de mitigar a mudança climática e de implementar “exploração econômica florestal produtiva” e conservação.** (14)

*Soumitra Ghosh*

*All India Forum of Forest Movements (AIFFM)*

(1) Ver o Boletim 242 do WRM, “Mulheres indígenas Baiga na Índia: “Nossa história deve ser ouvida”, fevereiro de 2019, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/mulheres-indigenas-baiga-na-india-nossa-historia-deve-ser-ouvida/>

(2) Para obter mais informações sobre a FRA e outros movimentos florestais na Índia, veja o Boletim 209 do WRM, “Lutas nas florestas da Índia: a busca de alternativas”, dezembro de 2014, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/lutas-nas-florestas-da-india-a-busca-de-alternativas/>.

(3) Nota conjunta à imprensa de Community Forest Resources-Learning and Advocacy (CFR-LA), All India Forum of Forest Movements (AIFFM), Mahila Kisan Adhikar Manch (MAKAAM) e Akhil Bharatiya Mazdoor Kisan Sangharsh Samiti (ABMKSS), além de notas separadas de AIFFM e Campaign for Survival and Dignity (CSD)

(4) *ibid*

(5) Veja <https://www.greenpeace.org/india/en/issues/environment/2547/mahan-gram-sabha-to-be-held-behind-a-curtain-as-police-seize-signal-booster-solar-panels-and-other-communication-equipment>. Em março de 2015, o Ministério do Meio Ambiente recusou a liberação do projeto Mahan. Posteriormente, o Ministério do Carvão anunciou que o bloco de carvão de Mahan não seria leiloado para mineração: Veja <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-32443739>

(6) Somente em Korchi, foram propostos 12 arrendamentos para mineração, com impacto superior a 1.032,66 hectares. Veja Neema Pathak Broome. N. P., Bajpai. S. e Shende. M. (2016): *Reimagining Wellbeing: Villages in Korchi taluka, India, Resisting Mining and Opening Spaces for Self-Governance*: <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/reimagining-wellbeing-villages-in-korchi->



[taluka-india-resisting-mining-and-opening-spaces-for-self-governance](#). Veja, também, <https://www.downtoearth.org.in/news/mining/experts-panel-red-flags-power-mining-projects-in-western-ghats-37201> e <http://cat.org.in/portfolio/tribals-oppose-cluster-of-4-iron-ore-mines-in-zendepar/>

(7) Veja, também, Sethi. N.: *Five coal blocks in Chhattisgarh might see land conflict*, 15 de janeiro de 2015: [https://www.business-standard.com/article/economy-policy/five-coal-blocks-in-chhattisgarh-might-see-land-conflict-115011500019\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/economy-policy/five-coal-blocks-in-chhattisgarh-might-see-land-conflict-115011500019_1.html)

(8) Entrevistas com ativistas do All India Forum of Forest Movements (AIFFM).

(9) [http://egreenwatch.nic.in/FCAProjects/Public/Rpt\\_State\\_Wise\\_Count\\_FCA\\_projects.aspx](http://egreenwatch.nic.in/FCAProjects/Public/Rpt_State_Wise_Count_FCA_projects.aspx)

(10) De acordo com a informação apresentada no Parlamento, Telangana encabeçava a lista, com 5.137,38 hectares, seguida por Madhya Pradesh, com 4.093,38, e Odisha, com 3.386,67 hectares.

Veja <https://scroll.in/article/908209/in-three-years-centre-has-diverted-forest-land-the-size-of-kolkata-for-development-projects>

(11) Gram Sabha em Mahan será realizada secretamente enquanto a polícia apreende amplificadores de sinal, painéis solares e outros equipamentos de comunicação, Nota à Imprensa do Greenpeace na Índia. Veja: <https://www.greenpeace.org/india/en/issues/environment/2547/mahan-gram-sabha-to-be-held-behind-a-curtain-as-police-seize-signal-booster-solar-panels-and-other-communication-equipment/>

(12) Veja o Boletim 217 do WRM, “O desmatamento financia mais plantações: o novo projeto de lei do Fundo de Florestamento Compensatório na Índia”, setembro de 2015, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-desmatamento-financia-mais-plantacoes-o-novo-projeto-de-lei-do-fundo-de-florestamento-compensatorio-na-india/>

(13) Observações de Geetanjoy Sahu, School of Habitat Studies, Tata Institute of Social Sciences (TISS): comunicação por e-mail

(14) Veja [https://www.business-standard.com/article/economy-policy/modi-govt-s-move-to-amend-forest-act-takes-a-giant-leap-backwards-119040101292\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/economy-policy/modi-govt-s-move-to-amend-forest-act-takes-a-giant-leap-backwards-119040101292_1.html). O Preâmbulo da Proposta de

Emendas diz: “Considerando que é imperativo conservar as florestas, melhorar os serviços ecossistêmicos que fluem das florestas, assegurar a estabilidade ambiental e o bem-estar das pessoas em geral e das pessoas dependentes da floresta em particular, atender às aspirações nacionais de desenvolvimento e aos diversos compromissos internacionais, fortalecer e apoiar o conhecimento tradicional baseado na floresta e todas as questões relacionadas à floresta, com participação popular, e fornecer uma legislação abrangente para tratar de questões relacionadas ao setor florestal, promulga-se a Lei Indiana de Florestas (Emenda), de 2019 (...)”

## Equador: histórias de roubo de terras e desmatamento causadas pela extração de dendê e madeira



Foto: Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador

A comunidade de Wimbí, em Esmeraldas, situada ao norte do litoral equatoriano, luta para defender seu território contra o avanço do dendê promovido pela empresa Energy&Palma. Essa é uma história de pilhagem na qual **o aumento do desmatamento na selva do Chocó acompanhou a expansão desse cultivo. É um saque levado a cabo por poderosos atores do agronegócio do Equador, junto com empresas madeireiras** e com a cumplicidade do Estado, incapaz de garantir os direitos ancestrais das comunidades que habitam esse espaço há mais de 300 anos.

A produção de dendê para exportação de derivados começou no Equador na década de 1980. No entanto, nos últimos 20 anos, houve um forte crescimento desse cultivo no país. Em 1995, a área ocupada era de 105.855 hectares, cifra que aumentou para 319.000 hectares em 2017 (1). A província de Esmeraldas concentra quase metade da produção nacional (2), e **se estima que as plantações de dendê na região tenham causado o desmatamento de, pelo menos, 100.000 hectares de manguezais e áreas de floresta nebulosa do Chocó** (3).

Desde março de 2017, o Coletivo de Geografia Crítica do Equador (CGCE) (4) vem trabalhando com a comunidade de Wimbí. Diante da **crecente pressão das empresas de dendê e dos grileiros**, os membros da comunidade decidiram pedir apoio para levantar e sistematizar a informação geográfica vinculada ao conflito, com o objetivo de subsidiar as ações que a comunidade possui na justiça para defender seu espaço de vida.

### ***Uma longa história de conflitos extrativos***

**A floresta do Chocó é habitada por diversas comunidades tradicionais e indígenas, e é nela que a Energy&Palma está avançando.** Contudo, o interesse das indústrias no lugar não é novo, e sua história deve ser entendida, em grande parte, a partir de sucessivas ondas de investimento, de expansão da fronteira agrícola e de roubo de terras geradas pelas várias tentativas de integrar Esmeraldas à economia nacional e ao mercado mundial.

O território da comunidade Wimbí viveu a “explosão” da banana na década de 1960. A atividade de mineração artesanal também foi uma constante. No entanto, as novas formas de mineração ilegal introduzidas gradualmente nas últimas décadas, muitas vezes realizadas por pessoas de fora da comunidade, envolvem o uso de uma grande quantidade de substâncias químicas que poluem as águas e têm graves efeitos sobre a saúde dos habitantes. Além disso, nos últimos 30 anos, as madeireiras avançaram sobre o território da comunidade, negociando e fazendo acordos ou, muitas vezes, simplesmente usando a lógica do fato consumado. Tudo isso contribui para os conflitos mais recentes com as empresas de dendê.

### **A chegada da Energy&Palma**

A Energy&Palma faz parte do grupo La Fabril, fundado em 2006. Anteriormente conhecida como Palmeras del Pacífico, **é a terceira maior empresa do setor, concentrando 10% da produção nacional**. Tem suas próprias plantações e fábricas em Esmeraldas e Santo Domingo, e recentemente obteve certificados de “responsabilidade social” como parte de sua estratégia de vendas, para aparentar que produz “óleo de dendê sustentável” (5). Porém, a realidade nas comunidades afetadas deixa claro o que está por trás dessas certificações.

Os conflitos da Energy&Palma com os habitantes de Wimbí começaram a se intensificar por meio de um processo de compra e venda de terras que a empresa realizou com o Sr. Miguel Egas, que, por sua vez, está ligado a processos por venda de terras e rezoneamento de áreas comunitárias nessa região (6). A empresa reivindicou para si esses lotes, onde várias famílias tinham cultivos alimentares para consumo próprio. Enquanto a comunidade lutava para recuperar suas terras, o juiz determinou que a compra-venda tinha sido legal e que as terras estavam disponíveis para a empresa.

No entanto, **a Energy&Palma já havia tentado seduzir os moradores da comunidade antes do julgamento para que vendessem suas terras em troca de empregos nas plantações**. Alertados pelas experiências de muitas outras comunidades e povoados vizinhos, eles se recusaram contundentemente, o que levou a empresa a buscar outros meios de expansão na área. Wimbí está localizada justamente na fronteira do avanço das empresas de dendê, nos limites onde chegam as plantações.

**A comunidade vem reivindicando o reconhecimento da ancestralidade de seu território pelo Estado equatoriano há décadas**. Esse pedido foi endossado por estudos antropológicos que testemunham a existência de uma cultura e vínculos dessas pessoas com a terra que habitam há 300 anos. O reconhecimento oficial é de vital importância para a comunidade, já que a Constituição Equatoriana protege esse tipo de áreas e seus povos, garantindo a regulamentação de seu território por meio de demarcações específicas.

Apesar disso, segundo o gerente da Energy&Palma, as comunidades da área são as invasoras das terras, aproveitando-se das empresas, as quais extorquem para obter algum tipo de renda.

Assim sendo, a expulsão dos membros das comunidades dessa parte de suas terras foi consumada nos primeiros meses de 2017 com o aval judicial, destruindo as áreas de cultivos comunitários. Mas os **moradores de Wimbí não pararam de lutar pelo que**

**consideram ser deles:** em agosto de 2017, parte dessas terras foi retomada por pessoas da comunidade, que voltaram a plantar café e frutas cítricas, em um ato de reivindicação de seu território.

### O território de Wimbí hoje

Os membros da comunidade informam que seu território abrange uma área aproximada de 22 mil hectares. Podemos dividir essa extensão em três tipos, com base na posse da terra. A zona I é a maior (16.286 ha) e se distingue por ser o território pertencente a Wimbí, formalmente integrado à comunidade de Río Santiago Cayapas. A zona II (5.050 ha) se caracteriza pela incerteza jurídica, dado que a maior parte não possui escrituras formais. A zona III (664 ha) é a única titulada em nome da comunidade. O trabalho realizado pelo CGCE se concentrou principalmente na zona II, por ser a área com mais conflitos e risco de roubo de terras neste momento.

Na zona II, um total de 100 hectares já foi tomado pela empresa. Seus interesses de expansão, direcionados às terras mais baixas, onde a implantação de monoculturas seria economicamente mais viável, abrangem aproximadamente 1.430 hectares.

Também identificamos que, a nordeste da comunidade, **Wimbí faz fronteira com a madeireira conhecida como Plywood, pertencente ao grupo Peña Durini**, cuja presença no território foi negociada há muito tempo. Atualmente, a comunidade mantém relações relativamente tranquilas com essa empresa, e o conflito parece ter se concentrado na atividade do dendê. Isso pode se dever ao fato de que as **monoculturas de dendê impossibilitam qualquer outro tipo de atividade no território que ocupam e têm forte impacto sobre as relações sociais e econômicas do local**. A perda dos cultivos da comunidade faz com que seus moradores se sintam mais pressionados a procurar fontes de trabalho assalariado em outros lugares, inclusive na empresa de dendê que os desalojou. No entanto, as relações com os madeireiros nem sempre são tranquilas.

De acordo com os relatos dos moradores, vários dos quais frequentam a área para caçar, **os madeireiros procuram as árvores que possam ser transformadas em madeira em um perímetro ao longo da estrada, descendo até os rios**. No entanto, eles evitam descer com os troncos para não ser vistos pelas pessoas da comunidade, retirando-os de caminhão pela trilha em direção ao nordeste, onde ela se junta a outras estradas secundárias.

Mais uma vez, o grileiro Miguel Egas aparece envolvido. Os próprios líderes da comunidade conseguiram descobrir que os madeireiros estão arrendando a licença de extração de madeira. No entanto, **a extração está seguindo a estrada aberta e afeta as terras da comunidade**. Além disso, pudemos ver como os pontos de acumulação de madeira estão localizados ao lado da zona III da comunidade, ou seja, onde há títulos formais.

### O território de Wimbí ao longo do tempo

A partir de discussões com as pessoas mais velhas da comunidade, entendemos que, há apenas duas gerações atrás, era comum que alguns habitantes de Wimbí estivessem dispersos para cultivar em terras próximas aos rios, extrair ouro da água e caçar na floresta, mas essas pessoas foram ficando menos numerosas com o passar do tempo. A queda drástica no preço das bananas, o aumento da migração para o exterior e as duras condições de vida a montante levaram ao abandono das casas localizadas perto dos rios.

Outro elemento é a antiga linha férrea, na parte nordeste. Quando a ferrovia ainda funcionava, várias famílias de membros da comunidade tinham cultivos próximos à ferrovia, já que era relativamente fácil levar a produção ao porto nos vagões. A desativação da ferrovia nos anos 1990 fez com que cultivar em lugares tão distantes perdesse o sentido e essas pessoas abandonassem suas terras.

Uma dessas últimas tensões envolve precisamente a madeireira Plywood. Atualmente, essa empresa está em terras que antes pertenciam à comunidade. Em conversas com os moradores, pudemos confirmar que a presença da madeireira hoje é resultado de um acordo. **Antes da sua chegada, o rio era a única via possível para se chegar a Wimbí. Seus habitantes concordaram com sua instalação nessas terras, com a condição de que abrisse a única estrada atual** trafegável, uma via de condições precárias, que melhorou consideravelmente a conexão da comunidade com o resto da província. Agora leva “apenas duas horas para chegar à estrada pavimentada”.

“Esta estrada não foi feita pelo Estado; nós sacrificamos a montanha para que [a madeireira] nos desse a via. É uma estrada madeireira; eles retiravam a produção por aqui” (Entrevista de morador de Wimbí 1, 2018).

Assim, em um contexto de abandono por parte do Estado e de necessidades urgentes de infraestrutura e serviços no território, as empresas conseguiram fazer acordos para entrar e se estabelecer na comunidade. “Sacrificar a montanha” foi a única opção que restou aos membros da comunidade.

Assim, vê-se que, ao longo de sua história, o território de Wimbí foi mudando e ficando menor. **A mesma redefinição das fronteiras da comunidade ao longo do tempo também é produto desses processos de negociação, intervenção, conflito e abandono.**

A penetração do dendê já é um fato e ameaça se expandir. Por outro lado, a comunidade é afetada pela extração ilegal de madeira, cujo principal protagonista é o mesmo grileiro que permitiu a entrada da empresa de dendê. A entrada da Energy&Palma e as atividades do grileiro fazem parte de um novo ciclo de tomada de terras, mais violento do que no passado e com mais cumplicidade por parte de algumas autoridades. Se estas não exercerem a justiça e não garantirem os direitos dos habitantes de Wimbí, é muito provável que os membros da comunidade saiam perdendo, mais uma vez.

*Este artigo se baseia no estudo “Peritaje cartográfico y social en relación a los conflictos de tierras de la comunidad Wimbí, San Lorenzo”. Para ver as informações completas, os mapas elaborados e as referências integrais, acesse o relatório neste link:*

<https://bit.ly/2HglxkK>

*Coletivo de Geografia Crítica do Equador  
Quito, junho de 2018*

(1) Veja, Potter, L., La industria del aceite de palma en Ecuador: ¿un buen negocio para los pequeños agricultores? M. Eutopía, Num. 2, 2011 y Lasso, 2018, <https://lalineadefuego.info/2018/07/10/la-palma-aceitera-en-el-ecuador-un-cultivo-social-y-sustentable-por-geovanna-lasso/>

(2) Encuesta de Superficie y Producción Agropecuaria Continua, ESPAC, 2016.

(3) PLAN V., 2017

(4) O Coletivo de Geografia Crítica do Equador (CGCE) acompanhou, durante vários anos, diversos conflitos territoriais que afetam os direitos fundamentais de comunidades, bairros e povos indígenas

em todo o país. A contribuição do CGCE visa principalmente a apresentar uma visão geográfica das disputas que ocorrem no espaço de vida desses atores.

(5) El Telégrafo, 2018, <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/economia/4/grupopalmicultor-certificacion-granresponsabilidadsocial>

(6) A história desse julgamento e de Miguel Egas é longa. Esse senhor foi um dos que processaram a Comunidade do Río Santiago Cayapas (CRSC), à qual pertence a comunidade de Wimbí. Após um processo prolongado, no qual os autores acabaram vencendo a ação contra os mortos (fundadores originais da CRSC), o MAGAP executou um rezoneamento dos limites comunais que afetou Wimbí. Desde então, Miguel Egas tem fragmentado partes desse território para vender ou obter renda sem a permissão da comunidade. Além disso, ele está ligado ao grupo Peña Durini, associado à extração de madeira do território da CRSC durante décadas.

## WWF no Parque Nacional de Salonga, na RDC: tortura, assassinato e estupro coletivo



Cadastre-se na entrada do Parque Nacional Salonga. Ph: Parque Nacional Salonga

Uma investigação realizada pela organização Rainforest Foundation UK concluiu que as comunidades que vivem em torno do Parque Nacional de Salonga, na República Democrática do Congo, foram submetidas a torturas, assassinatos e estupros por parte de guardas florestais apoiados por verbas da WWF e de uma série de doadores internacionais.

A investigação relata incidentes graves, incluindo **dois casos de estupro coletivo, dois assassinatos extrajudiciais e vários relatos de tortura e outras formas de maus-tratos** cometidos por guardas do parque.

Em 2004, a World Wide Fund for Nature (WWF) começou a trabalhar no Parque Nacional de Salonga, Patrimônio Mundial da UNESCO, e desde 2015, **a organização é responsável por sua gestão.**

Cerca de 700 comunidades vivem próximo dali, incluindo em torno de 130.000 pessoas que habitam um “corredor” entre as duas metades separadas do parque. Quando a unidade foi criada, em 1970, muitas dessas comunidades foram expulsas da área e proibidas de acessar suas florestas ancestrais, das quais dependem para sobreviver. **Essas comunidades relatam desnutrição generalizada, a qual atribuem, em grande parte, a restrições às atividades tradicionais de caça e pesca, por razões de conservação.**

**As medidas de conservação tornaram-se cada vez mais militarizadas nos últimos anos.** As iniciativas contra a caça ilegal são dirigidas pela agência congoleza responsável por áreas protegidas (ICCN – *Institut Congolais pour la Conservation de la Nature*), às vezes em conjunto com o exército do país, além dos cerca de 300 ecoguardas que trabalham no Parque Nacional de Salonga.

“É comum as mulheres que se aventuram no parque serem estupradas e os homens enfrentarem extorsão e tortura”, disse um morador da área limítrofe ao parque à equipe de investigação.

### **O WWF e o Banco Alemão de Desenvolvimento**

Em maio e outubro de 2018, a Rainforest Foundation UK informou à WWF e ao KfW – o Banco Alemão de Desenvolvimento, um dos financiadores do Parque Nacional de Salonga – sobre os supostos abusos contra os direitos humanos. Em janeiro de 2019, a WWF concordou em realizar uma investigação sobre o abuso no Parque.

Em fevereiro de 2019, a investigação confirmou o **assassinato de três homens, o estupro de seis mulheres e a tortura de três outros homens por ecoguardas, ocorridos entre 2002 e 2016**. No entanto, embora não tenha sido acordado que o relatório seria confidencial, a WWF disse à Rainforest Foundation UK que não disponibilizará a investigação, exceto sob condições de estrita confidencialidade.

Simon Counsell, diretor executivo da Rainforest Foundation UK, disse: “Por mais chocantes que sejam esses relatos, tememos que a extensão real das atrocidades possa ser muito maior. Em apenas duas áreas perto de Salonga, em entrevistas com mais de 230 moradores locais, um quarto deles relatou ter sido vítima de algum tipo de abuso. A WWF precisa disponibilizar os relatórios de sua última investigação, reconhecer o que aconteceu em Salonga e se comprometer publicamente a ajudar as vítimas e garantir que esse tipo de abuso e dano às comunidades locais não volte a acontecer”.

Ao mesmo tempo, jornalistas do BuzzFeed News, que relataram abusos generalizados em torno dos Parques Nacionais apoiados pela WWF na África e Ásia, impetraram uma ação para que o KfW liberasse documentos sobre correspondência relacionada ao financiamento que o banco de desenvolvimento deu ao Parque Nacional de Salonga. O BuzzFeed News quer saber quando o KfW e o governo alemão descobriram as graves violações aos direitos humanos e como elas foram tratadas. Até agora, o KfW forneceu 5,4 milhões de euros (cerca de 6 milhões de dólares) para a gestão do Parque Nacional de Salonga.

### **“É uma questão de controle”**

Em 2015, um funcionário da WWF foi nomeado chefe do parque, sendo responsável por centenas de ecoguardas. Depois de sair do emprego, em uma entrevista à revista *Nomad*, ele falou sobre as comunidades que vivem no Parque: “Passei meus primeiros cinco dias percorrendo várias partes do parque em uma canoa feita de tronco. Quanto mais se entra, mais isolado e menos desenvolvido vai ficando. Há forte presença policial. Fui a uma aldeia muito isolada, onde um contingente de policiais me recebeu com equipamento de choque completo, inclusive lança-foguetes. Foi muito intimidante. É uma questão de controle. Sempre houve histórias de extorsão, roubo, estupro e espancamentos. Eles faziam sua

própria lei, assim como os militares congolezes designados ao parque para controlar a caça ilegal. Eles fizeram um bom trabalho na redução da caça, mas de uma maneira bastante pesada”. (1)

Infelizmente, os abusos no Parque Nacional de Salonga são apenas os mais recentes, documentados pela Rainforest Foundation UK e pelo BuzzFeed News. **Definitivamente, esta é apenas a parte visível de um problema mais amplo, relacionado a abusos aos direitos humanos e intervenções coloniais em florestas tropicais. As organizações de conservação estão frequentemente no centro desses sérios abusos.**

(1) NOMAD, Accidents happen in Congo, Agosto de 2017, <https://nomadmagazine.co/accidents-happen-congo/>

Este artigo foi escrito com base nos seguintes materiais:

Rainforest Foundation UK, *Widespread Human Rights Abuses in Africa's largest Forest Park*, março de 2019, <https://www.rainforestfoundationuk.org/widespread-human-rights-abuses-in-africas-largest-forest-park>

Rainforest Foundation UK, *RFUK calls on WWF to immediately release details of investigation onto human rights abuses*, abril de 2019, <https://www.rainforestfoundationuk.org/rfuk-calls-on-wwf-to-immediately-release-details-of-investigation-into-human-rights-abuses>

Buzzfeed News, *Parte I: WWF's Secret War; Part II: Internal reports shows WWF was warned years ago of "frightening" abuses; e Parte III: WWF says Indigenous People want this park but and internal report reveals fears of ranger "repression"*, março de 2019,

<https://www.buzzfeednews.com/article/tomwarren/wwf-world-wide-fund-nature-parks-torture-death>  
REDD-Monitor, *"Torture, murder, rape": WWF must release its report about abuses carried out by eco-guards in Salonga National Park*, <https://redd-monitor.org/2019/04/02/torture-murder-rape-wwf-must-release-its-report-about-abuses-carried-out-by-eco-guards-in-salonga-national-park/>

## ALERTAS DE AÇÃO

### Organizações finlandesas e uruguaias contra nova fábrica de celulose da UPM

A empresa finlandesa UPM planeja instalar sua segunda fábrica de celulose no Uruguai – uma das maiores do mundo – para produzir mais de 2 milhões de toneladas por ano. O projeto exige um novo traçado da ferrovia e um terminal portuário para a empresa, além da ampliação das linhas de distribuição elétrica de alta tensão e de várias plantas de processamento em uma zona franca. Uma declaração de organizações finlandesas e uruguaias conclama à retirada do projeto, que acarretaria graves impactos. Leia a declaração (em espanhol) aqui: <https://bit.ly/2vWkpfl>

### Sarawak: Salve a Floresta Tropical de Mulu das plantações de dendezeiros!

Uma área de 4.400 hectares da floresta tropical de Mulu – diretamente adjacente a um Patrimônio Mundial da UNESCO, o Parque Nacional Mulu – está sendo convertida em monoculturas de dendê. As comunidades indígenas afetadas de Berawan e Penan não foram consultadas e se opõem ao projeto que destruirá suas florestas e seus meios de subsistência. O Bruno Manser Fonds (BMF) está pedindo uma moratória nas novas plantações de dendezeiros e a suspensão imediata da atividade madeireira na região do Parque Nacional Mulu. Apoie o abaixo-assinado agora!: <https://www.savemulu.org/petition/>



## RECOMENDADOS

### **Amazônia Brasileira. A pobreza do homem como resultado da riqueza da terra**

Por ser a maior floresta tropical do mundo, a área mais rica em minerais e a principal reserva biogenética do planeta, a Amazônia está entre os territórios mais desejados pelo capital global. À medida que o ataque contra a Amazônia brasileira avança sob o governo de direita de Jair Bolsonaro, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social analisa o avanço do capital na região, fornecendo uma visão de âmbitos internacional e nacional sobre os projetos de mineração e agronegócio, os conflitos agrários e a devastação da biodiversidade, bem como sobre os desafios que enfrentam os povos. Leia o dossiê (em português) aqui: <https://bit.ly/2O3KoKv>

### **Plantando Conflitos: monoculturas e desapropriação na Amazônia peruana**

Um documentário curto da Oxfam Peru mostra a grave problemática ambiental e social que acompanha a expansão das plantações de monoculturas na Amazônia peruana. Principalmente em função do cultivo do dendê, milhares de hectares foram desmatados, afetando várias comunidades nativas, além de florestas e córregos. Com o aparente conluio entre órgãos de governo e as empresas envolvidas, a expansão do dendê representa uma ameaça latente na Amazônia. Assista ao vídeo (em espanhol) aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=40nC60nQxBw>

### **Vozes das mulheres frente ao extrativismo**

O último boletim mensal da Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras de Direitos Sociais e Ambientais reúne diversos artigos da região, que destacam a violência exercida sobre as mulheres pelo modelo extrativista e pelas mudanças climáticas. Você pode ler os boletins (em espanhol) aqui: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/recursos/boletines>

### **Papua: cooptação de tradições indígenas para monoculturas de dendê**

Os indígenas de Papua estão vendo suas florestas serem destruídas e substituídas por plantações de monoculturas. Uma entrevista da antropóloga Sophie Chao ao site Mongabay mostrou as complexas tensões entre as comunidades e a monocultura que lhes está sendo imposta. Cooptação e manipulação de suas tradições rituais são ferramentas usadas com frequência para tomar suas terras. Leia a entrevista, em inglês, aqui: <https://news.mongabay.com/2019/03/how-land-grabbers-co-opt-indigenous-ritual-traditions-in-papua-qa-with-anthropologist-sophie-chao/>. Veja, também, o mais recente lançamento de Gecko Project e Mongabay mostrando os acordos opacos para um dos maiores projetos de expansão de plantações de dendê na Indonésia: <https://news.mongabay.com/2018/11/the-secret-deal-to-destroy-paradise/>

### **Tratados de Livre Comércio: instrumentos que subjagam os direitos**

O caderno de trabalho elaborado pela Aliança Biodiversidade visa a repensar os efeitos dos tratados de livre comércio e apontar seus efeitos nocivos, já que eles são poderosos marcos “jurídicos” paralelos às legislações nacionais, dando margem de manobra às grandes empresas e fechando as possibilidades que as pessoas têm de acesso à justiça. As lutas, no entanto, permanecem vivas. Leia a publicação (em espanhol) aqui: <https://bit.ly/2VZ1K1n>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 243 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Desmatamento oculto: novas tendências e resistências”** (<https://wrm.org.uy/pt/> )

Assine o Boletim do WRM: <http://eepurl.com/7RJYL>

**O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.**

**Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor-chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

**Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://wrm.org.uy/pt>